
EDITORIAL DA IV MOSTRA PEX

Cintia Garabini Lages

Doutora e Mestre em Direito Processual pela Puc Minas; Professora do programa de Pós-graduação stricto sensu da universidade de Itaúna, mestrado em direito, e professora adjunta da Puc Minas.

No presente ano, a Constituição da República Federativa do Brasil completou 30 anos de vigência. Comparada a constituições de outros estados, pode não parecer um marco relevante, mas se considerarmos o passado constitucional brasileiro, trata-se da segunda constituição republicana mais longeva da nossa história. Mas não apenas sua longevidade é razão para comemoração.

A Constituição de 1988 foi resultado do processo político constituinte mais democrático da nossa história, processo esse que se revelou participativo e plural, assim como longo e desafiador.

A grandeza desse processo revela-se nos números que o compõem. Instalada a Assembleia Nacional Constituinte em 1º de fevereiro de 1987, dela participaram nada menos do que 559 constituintes, representantes de 13 partidos políticos.

Estruturada por uma comissão sistematizadora e 8 comissões temáticas, sendo estas divididas, cada uma delas, em três subcomissões, 24 subcomissões no total, a Assembleia Nacional Constituinte possibilitou ampla participação popular. No total, foram realizadas 182 audiências públicas no âmbito das subcomissões, apresentadas 122 emendas populares ao projeto constituinte e recebidas, através do “projeto Constituição, a voz do cidadão”, mais de 72.000 cartas. O processo constituinte estendeu-se até o dia 22 de setembro de 1988, quando o texto final da Constituição foi aprovado, tendo sido promulgado em 05 de outubro.

A Constituição da República Federativa do Brasil reproduziu no seu texto, as aspirações democráticas que a conceberam. Um amplo rol de direitos e garantias fundamentais caracterizam essa como a “Constituição Cidadã”, expressão cunhada pelo Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulisses Guimarães. Marcada por um texto longo, originalmente com 250 artigos, a Constituição representou os anseios e a demanda da sociedade brasileira, represados por um longo período autoritário.

Com o intuito de resgatar os ideais que serviram de esteio ao processo constituinte, a PUC Minas Betim elegeu os 30 anos da Constituinte como tema da sua IV Mostra de Pesquisa

e Extensão, evento que se consolidou no calendário da instituição como momento de debate e reflexão acerca da produção do conhecimento científico e sua responsabilidade ético-social.

Realizada entre os dias 03 a 05 de outubro, a IV MOSTRA PEX foi composta por cinco painéis temáticos: Ciência, tecnologia e inclusão; Saúde coletiva, um olhar a partir da Constituição; Meio ambiente e gestão de recursos hídricos; Violência: contribuição da universidade para o seu enfrentamento e, por fim, A Constituição em seus 30 anos, retrospectiva.

O evento contou com a participação valiosa dos Professores Evaldo Ferreira Vilela (FAPEMIG), Gilberto Reis (PUC MINAS), Matheus Mendonça (PUC MINAS), Anaximandro Loureiro (PUC MINAS), Israel José da Silva (UFMG), Paulo Nogueira (UFMG), Roberta Cerqueira (PUC MINAS), Edmar Avelar de Senna (PUC MINAS), Hermes Vilchez Guerrero (UFMG) e Rubens Beçak (USP), responsáveis pela mobilização comunidade acadêmica ao longo dos três dias, reproduzindo o processo participativo do qual a Constituição resultou.

No presente volume, a Revista Sinapse, na sua seção jurídica, publica a contribuição Professor Doutor Rubens Beçak, com o título “A democracia e a realidade política brasileira atual: análise da importância da otimização democrática por ocasião do aniversário de 30 anos da CF/88”. Esperamos com a publicação do presente trabalho registrar a relevância do tema que a IV MOSTRA PEX homenageia.

Que venham mais 30 anos!!